

Índios querem melhorar o ensino

Em reunião ontem, em Curitiba, os índios defenderam o ensino bilíngue nas reservas

Curitiba - Durante toda a manhã de ontem, membros de conselhos indígenas, professores índios e não-índios e representantes da Funai estiveram reunidos na Secretaria da Educação, em Curitiba, para discutir a situação da educação escolar dos índios no Paraná. "Esse encontro é um marco referencial na avaliação e definição de idéias para melhorar o ensino indígena no Estado", disse a chefe do Departamento de Ensino de 1º grau da secretaria, Zélia Marochi.

O encontro, promovido pelo Núcleo de Educação Indígena da Secretaria da Educação, discutiu estratégias fundamentais para aperfeiçoamento do ensino de guaranis e caingangues. Dentro da proposta de ensino, os representantes reivindicam que os próprios professores indígenas concluam o segundo grau de magistério, já que a maioria tem somente um curso de capacitação de três anos.

Direito à educação

"A Constituição de 88 assegura o direito à educação bilíngue e intercultural para os índios, mas isso nem sempre acontece na prática", ressalta o monitor bilíngue Pedro Cornélio, que tem o nome indígena de Seg-Seg. Ele argumenta que, se os professores ensinarem tanto a língua de origem, seja a dos caingangues ou guaranis, e também o português, o índio ficará mais integrado na sociedade, sem com isso perder suas origens.

O Paraná apresenta uma população indígena de 7.985 pessoas, entre crianças e adultos.



Na reunião, foram discutidas estratégias para aperfeiçoamento do ensino de guaranis e caingangues. O monitor Pedro Cornélio, o Seg-Seg, diz que a Constituição de 1988 garante aos índios o direito à educação, mas que na prática isso nem sempre acontece.

Desses, apenas 1.800 índios, de 5 a 14 anos, estão estudando nas 26 escolas de educação bilíngue distribuídas entre os cerca de vinte postos existentes no Estado. "Outro problema é que a maioria para de estudar já na quarta série. Apenas alguns insistem em continuar os estudos na rede normal de ensino", completa Zélia Marochi.

Chance de disputa

Segundo o professor Pedro Cornélio, isso pode ser atribuído à falta de um estudo mais avançado dos professores e não à má vontade dos alunos. "Hoje, a maioria dos índios considera importante o estudo. Só assim eles terão condições de disputar o mercado de trabalho como qualquer cidadão brasileiro", diz o professor.

Apenas cinco monitores dos postos distribuídos pelo Paraná fizeram o curso de capacitação bilíngue promovido pela secretaria, enquanto 28 não têm capacitação. Devido à falta de professores, a secretaria está fechando um convênio com conselhos indígenas para designar, ainda este semestre, mais 28 monitores para atuar nesses postos.



EDIR 166